**RESOLUÇÃO Nº 001/2016 – PPGDIR**

Dispõe sobre a eleição para o Colegiado do PPGDIR consoante o disposto no art. 44 do seu Regimento Interno e alterações procedidas no final da redação desse dispositivo por decisão unânime desse mesmo Colegiado em reunião realizada em 04 de março de 2016.

**CONSIDERANDO** que os mandatos dos atuais conselheiros do PPGDIR findarão em 10 de março do corrente ano;

**CONSIDERANDO** a necessidade de ajustar o que dispõe o início da redação inciso III do art. 44 à realidade do Programa, o qual apresenta apenas um represente docente dos departamentos acadêmicos de Saúde Pública e Letras;

**O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça**, após deliberação unânime do Colegiado, nos termos do Regimento Interno, resolve:

**Art 1°.** Designar o dia 08 de março de 2016, a partir das 16h00, para a eleição dos integrantes do Colegiado do PPGDIR, obedecendo ao disposto no art. 44, III, salvo no que diz respeito ao final da redação do dispositivo, de modo a permitir mais de uma recondução de conselheiros de departamentos acadêmicos que possuam apenas um representante no PPGDIR.

**Art.2º.** Serão eleitos 03 (três) representantes do Departamento de Direito, 01 (um) do Departamento de Saúde Pública e 01 (um) do Departamento de Letras.

**Art 3°.** Os mestrandos elegerão o representante estudantil com assento no Colegiado, o qual tomará posse com os demais Conselheiros no dia 08 de março de 2016.

**Art. 4°.** A eleição será secreta e as cédulas serão confeccionadas pela Secretaria do PPGDIR logo após a manifestação dos professores permanentes interessados em concorrer a um assento no Colegiado.

**Art. 5º.** A contagem dos votos será procedida imediatamente após o término da votação, que ocorrerá às 18h00, após o que os Conselheiros tomarão posse imediatamente.

**Art. 6º.** A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Luís, 07 de março de 2016.

**Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito